

ECONOMIA

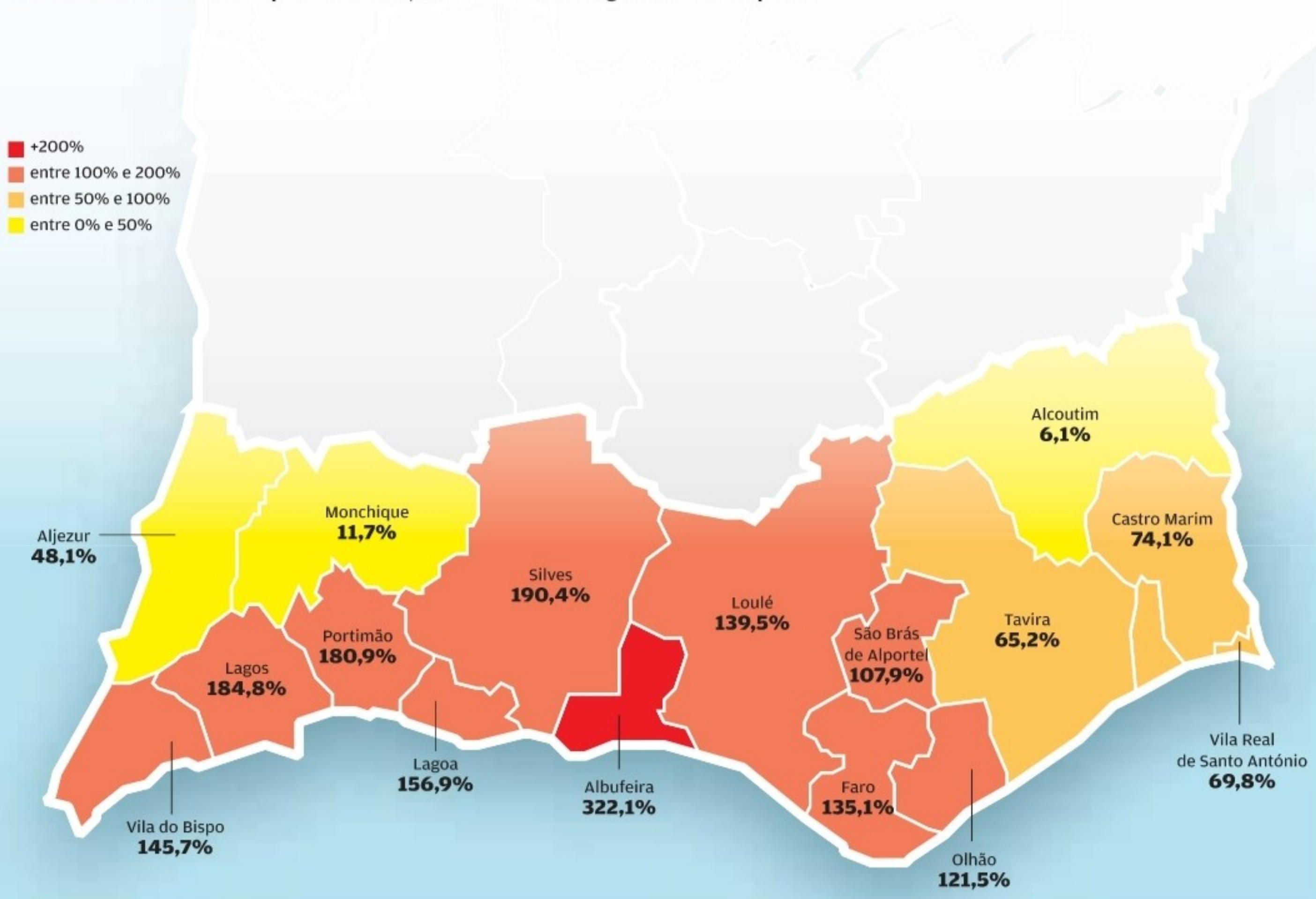
CENTROS DE EMPREGO

Algarve com o dobro de desempregados de há dois anos

O número de desempregados inscritos recuou no último ano, mas 80% dos concelhos do continente ainda têm mais inscritos do que há dois anos, em junho de 2019, antes da crise. Os 10 com maiores aumentos estão no Algarve, região com uma subida de 154%.

O QUE ACONTECEU EM DOIS ANOS?

O número de desempregados inscritos nos 16 concelhos do Algarve recuou no último ano, mas de forma insuficiente para compensar o aumento registado no ano anterior. Quando se compara o número de desempregados registados em junho de 2019 com os registados em junho de 2021, há 223 municípios que registam aumentos, ou seja, 80% dos concelhos de Portugal continental. Os 10 concelhos com as maiores variações estão no Algarve. O aumento é particularmente expressivo em Albufeira (+322%), Silves (+190%), Lagos ou Portimão (mais de 180%), e menor nos concelhos do interior como Monchique ou Alcoutim, mas nenhum deles regista ainda uma quebra.



Fonte: Negócios com base nos dados do IIEFP

CATARINA ALMEIDA PEREIRA

catarinapereira@negocios.pt

PEDRO CURVELO

pedrocurvelo@negocios.pt

Todos os indicadores sugerem que o emprego recuperou em junho, tanto em cadeia como em termos homólogos, mas a análise dos dados dos centros de emprego, em comparação com junho de 2019, no arranque do verão anterior à pandemia, dá-nos outra perspetiva: 80% dos concelhos do continente registam aumentos no número de desempregados inscritos e os 10 municípios com a subida mais expressiva estão no Algarve. É que apesar da recuperação conseguida no último ano, o aumento chega aos 333% em Albufeira, a 190% em Silves ou a mais de 180% em Lagos e Portimão.

A análise do Negócios baseia-se na informação oficial do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), os dados administrativos que traduzem os desempregados inscritos nos centros de emprego no final de cada mês, número que não conta com aqueles que estão ocupados em programas de formação. Foi assumido como referência o mês de junho de 2021, que é o último para o qual há dados disponíveis, e os meses de junho de 2020 e de 2019, por causa da sazonalidade.

Quando a comparação é feita face ao mês de junho de 2019, todos os 16 concelhos algarvios registam, nestes dois anos, um aumento do número de desempregados inscritos, com a região a registar uma subida de 154%, ou seja, o número mais do que duplica. Isto apesar de ter caído (-23%) no último ano. Esta conclusão, à qual se chega somando os dados

-23%

INSCRITOS

É a quebra do número de desempregados inscritos nos centros de emprego do Algarve em junho, em relação a junho de 2020.

de cada concelho, coincide com os dados regionais agregados que são divulgados periodicamente pelo IEFP.

Juntando os 16 concelhos algarvios aos outros 207 concelhos que registam aumentos, conclui-se que 80% dos concelhos do continente ainda têm mais desempregados inscritos do que no último arranque do verão que decorreu numa situação de normalidade, antes da pandemia, em junho de 2019. Já a lista dos 55 concelhos que registam uma melhoria nos últimos dois anos é liderada por Monforte (-31%), Penamacor (-26%), Ferreira do Zêzere (-23%), Fundão (-21%) e Oleiros (-21%).

Olhando apenas para os que têm mais peso, os concelhos com maior número de desempregados registados também continuam piores do que há dois anos: é o caso de Lisboa (+56% de desempregados registados do que em 2019), Vila Nova de Gaia (+13%), Sintra (+80%), Porto (+21%) ou Cascais (+49%). O desemprego registado agravou-se, aliás, em cada um destes cinco concelhos com mais peso, mesmo quando a comparação é feita apenas com o ano passado, ao contrário do que acontece relativamente ao Algarve.

De uma forma geral, em junho deste ano havia 377 mil pessoas oficialmente registadas como desempregadas nos centros de emprego (continente e ilhas), menos 7% do que um ano antes, mas mais 27% do que em junho de 2019, antes da crise pandémica. Para as pessoas receberem subsídio têm de estar inscritas nos centros de emprego.

O que aconteceu em junho?

Por outro lado, mesmo na comparação homóloga, aquela que

foi destacada na semana passada (IEFP), a quebra de 7% no número de desempregados inscritos face a junho de 2020 só é conseguida porque há mais desempregados que estão “ocupados” em programas de formação.

Assim, de acordo com o próprio boletim oficial do IEFP, havia, em junho deste ano, 377,9 mil desempregados inscritos, menos 29 mil pessoas oficialmente registadas como desempregadas no final do mês, face ao período homólogo, porém havia mais 36 mil pessoas “ocupadas” em programas de emprego ou formação profissional que são, por isso, subtraídas à estatística dos desempregados inscritos.

Por outro lado, os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), ainda provisórios, confirmam a recuperação da situação do mercado de trabalho, em particular no último ano.

Em dados ajustados de sazonalidade, o número de empregados terá subido 4,5% em junho, em termos homólogos, e 1,2% face ao que aconteceu há dois anos, para o máximo histórico da série do INE, que começa em 2011.

Já o número de desempregados caiu 4,3% face a junho de 2020, mas subiu 4,5% em relação a junho de 2019. É possível que o número de desempregados aumente, e o de empregados também, quando há inativos que voltam a procurar emprego. De acordo com estes dados, que por serem provisórios ainda poderão ser revistos, o aumento do número de empregados em dois anos (+57,6 mil) é superior, em número absoluto, ao de desempregados (+15,5 mil).

Na semana passada, quando as estimativas do Instituto Nacional de Estatística (INE) para junho foram divulgadas, o Governo sublinhou em comunicado o papel dos programas de apoio ao emprego, comparando os dados de junho com os de agosto do ano passado.

Disse o Executivo que em junho “já haviam sido recuperados 56 mil desempregados, de acordo com os dados do INE, face ao valor mais elevado registado na pandemia (em agosto de 2020), o que significa que duas em cada três pessoas desempregadas por causa da pandemia já não se encontram nessa situação”. ■

154%

INSCRITOS

É o aumento do número de desempregados inscritos no Algarve em junho, face a junho de 2019.

UNIÃO EUROPEIA

Primeiros milhões do PRR já chegaram a Portugal

Bruxelas desbloqueou esta terça-feira a verba de pré-financiamento do PRR português: 2,2 mil milhões de euros. Este montante diz respeito a 13% do total a que Portugal tem direito.

Portugal já pode começar a gastar os primeiros milhões do ansiado Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Através de comunicado, a Comissão Europeia informa ter já desembolsado, esta terça-feira, 2,2 mil milhões de euros da fatia de pré-financiamento do PRR.

“Portugal é um dos primeiros países a receber um pagamento de pré-financiamento ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR). Este pagamento contribuirá para lançar a aplicação das medidas essenciais em matéria de investimento e de reforma delineadas no PRR de Portugal”, pode ainda ler-se na nota divulgada por Bruxelas.

O órgão executivo refere ainda que irá desbloquear novas tranches “em função do ritmo de execução dos investimentos e reformas descritos nesse plano”. Como foi já avançado pelo Negócios, a próxima verba do PRR, dependente de aprovação, pode ser libertada entre dezembro e janeiro.

Portugal tem direito a um total de 16,6 mil milhões de euros, 13,9 mil milhões relativos a subvenções a fundo perdido e 2,7 mil milhões referentes a empréstimos. À componente de empréstimos poderão ainda somar-se 2,3 mil milhões de euros a que o país tentará aceder de forma condicional, isto é, se tal verba for considerada necessária para reforçar os capitais próprios das empresas, decisão que terá de ser tomada pelas autoridades nacionais até 2023.

A Comissão realça que “este pagamento contribuirá para lançar a aplicação das medidas essenciais em matéria de investimento e de reforma delineadas no PRR de Portugal”, no entanto parte do dinheiro agora liber-



Stephanie Le Cocq/EPA

Von der Leyen assinalou a importância dos primeiros cheques dos PRR.

tado foi já investido uma vez que são elegíveis para o PRR as despesas feitas, ao nível nacional, no combate à crise pandémica desde a sua eclosão, em fevereiro do ano passado.

Além de Portugal, Luxemburgo (12,1 mil milhões de euros) e Bélgica (770 milhões de euros) também surgem no grupo de países a receberem os primeiros cheques ao abrigo do Next Generation EU, o programa que absorve a fatia de leão do MRR.

Von der Leyen fala em “momento histórico”

A presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, considera que “o desembolso [ontem] efetuado representa um momento histórico na execução do PRR de Portugal”. Por seu turno, o comissário da Economia, Paolo Gentiloni, sustenta que estes fundos ajudarão Portugal a sair fortalecido da crise.

Já em nota enviada às reda-

ções, o Ministério das Finanças reagiu salientando que Portugal ter sido “o primeiro país europeu a entregar o PRR” possibilitou agora integrar o restrito grupo de três países que vão receber os primeiros cheques do MRR.

“Todo o nosso empenho durante meses foi determinante para chegarmos ao dia [desta terça-feira]”, afirmou João Leão, ministro das Finanças. ■

DAVID SANTIAGO



Todo o nosso empenho, durante meses, foi determinante para chegarmos [a este dia].

JOÃO LEÃO
Ministro das Finanças